

CARTA À LULA E ALCKMIN
o futuro governo da esperança!

**A Água e o Saneamento são uma Agenda Estratégica para o
Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental**
Uma agenda de Direitos Humanos

O Brasil tem o privilégio de ter entre 12 e 13,7% da água doce do mundo, porém, a distribuição no Brasil é desigual do ponto de vista das regiões. Por exemplo, o Norte tem 70% da água do Brasil e cerca de 5% da população brasileira enquanto o Sudeste tem 6% da água e 50% da população, mas, a distribuição da água e do saneamento é também desigual no aspecto social, econômico e ambiental.

A ONU/UNESCO estima que 78% dos empregos no mundo dependem dos recursos hídricos. De acordo com a fonte 1,4 bilhão de empregos - 42% da força de trabalho mundial depende dos recursos hídricos, incluindo a agricultura, indústria, silvicultura, pesca e aquicultura, mineração, saneamento e energia.

A Organização Internacional do Trabalho - OIT estima que três de cada quatro empregos de toda a força de trabalho, são dependentes da água. O investimento em água pode gerar em até 100 empregos/dia. No caso da América Latina, a previsão é que a cada 1 bilhão de dólares investidos resultaria em 100.000 empregos (UN-WATER). Isso inclui captação, tratamento e distribuição da água e do saneamento, que chega a empregar 1,5 bilhão de pessoas.

Em relação ao saneamento, ainda temos 100 milhões de brasileiros sem esgotamento sanitário ocasionando diversos problemas de saúde, tanto é que em 2019, segundo o Instituto Trata Brasil, tivemos mais de 273 mil internações por doenças de veiculação hídrica, decorrente da falta de saneamento básico fazendo o Brasil gastar R\$ 108 milhões com hospitalizações.

Temos ainda cerca de 35 milhões de brasileiros sem acesso à água potável realidade que reflete o enorme desafio para universalização do saneamento e do direito humano de acesso à água em qualidade e quantidade. A água é um elemento vital para a vida, para o funcionamento dos ecossistemas, da economia e para saúde e bem-estar da população.

Dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) demonstram que existem 58,4 milhões de brasileiros sem esgotamento sanitário, 110 mil km de trechos de rios com qualidade da água comprometida pela poluição, e $\frac{3}{4}$ da nossa população vive em regiões com muita produção de esgoto em relação à disponibilidade hídrica, indicando necessidade de maior eficiência e do reuso de água.

Quem mais sofre com a ausência de água potável e esgotamento sanitário são as comunidades vulnerabilizadas pela insuficiência de políticas públicas voltadas ao enfrentamento deste desafio e que coloque a meta de universalizar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como prioridade, fortalecendo a visão de que o acesso à água e ao saneamento são Direitos Humanos.

Além disso, as comunidades vulnerabilizadas sofrem com a fragilização da legislação ambiental, com a desproteção de áreas de preservação permanente e ausência da gestão de riscos, com consequentes perdas materiais e de vida quando acontecem eventos climáticos extremos, nos quais a culpa não é da chuva e sim da ausência de investimentos na governança e na gestão socioambiental.

O Brasil aprovou em 1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei 9443/97, criando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) uma conquista da sociedade brasileira e da evolução da democracia no país, abrindo espaços para criação de instâncias de gestão das águas no Brasil.

A Lei 9443/97 reforça princípios Constitucionais e apresenta fundamentos importantes como - a água é um bem de domínio público; a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas e a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Rapidamente a sociedade brasileira respondeu ao chamado pela democracia na gestão das águas, dos legisladores e dos atores sociais da época, tanto é que em 1999 já havia 49 Comitês de Bacias Hidrográficas e atualmente existem cerca de 243 Comitês de Bacias Hidrográficas em funcionamento no país.

Dentre os objetivos da Lei 9433/97 estão a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais, portanto, temos um bom arcabouço legal para enfrentar os desafios da emergência climática, vulnerabilidade social e segurança hídrica.

O 6º Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC), aponta que “o Brasil e os outros países do mundo já apresentam um grande cardápio de impactos das mudanças climáticas”.

No Nordeste, a redução de chuva, que já é pouca, pode chegar a 22%, a agricultura no Brasil deverá ser prejudicada, como, por exemplo, a produção de trigo pode cair 21% no cenário de altas emissões e a produção de arroz pode cair entre 3% e 6%.

Assim como já está acontecendo em algumas capitais, haverá um aumento no número de eventos climáticos de chuvas extremas, o que implica em aumento na probabilidade de enchentes e deslizamentos de terra, como os verificados em Petrópolis, RJ, no início de 2022.

Dados do MapBiomas demonstram que o Brasil perdeu 16.557 km² (1.655.782 ha) de cobertura de vegetação nativa em todos seus biomas no ano passado, segundo a mais recente edição do Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (RAD).

Trata-se de um aumento de 20% em relação ao ano anterior. Com a tendência de alta no desmatamento nos últimos três anos, o Brasil perdeu quase um Estado do Rio de Janeiro de vegetação nativa.

O aumento do desmatamento em todos os biomas brasileiros e o manejo inadequado e uso do solo na área urbana e rural, guardam total relação com o fato do Brasil perder cerca de 15,7% da superfície de água, demonstrando que o país está reservando menos água, que é fundamental para enfrentar os períodos mais secos que sempre acontecem e conforme dados do IPCC, esses poderão ser maiores.

Na área urbana não é diferente, o recente estudo do MapBiomas demonstra que nos últimos 37 anos, as áreas urbanizadas no país passaram de 1,2 milhão de hectares para 3,7 milhões.

Nesse período, as áreas informais totalizaram 106 mil hectares - uma expansão de aproximadamente três vezes a área da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Esses dados sobre áreas urbanizadas foram elaborados a partir da análise de imagens de satélite captadas entre 1985 e 2021.

O Estudo do MapBiomas demonstra que as imagens de satélite permitiram identificar que a ocupação urbana como um todo em áreas de risco aumentou 3 vezes entre 1985 e 2021, e em áreas informais esse avanço foi ainda maior: 3,4 vezes. De cada 100 hectares de favela, 15 foram construídos em áreas de risco.

É no Bioma Cerrado - berço das águas do Brasil - que ocorreu a maior parte da conversão de áreas naturais para áreas urbanizadas, sendo que entre 1985 e 2021, a conversão foi de 156,5 mil hectares, o que corresponde a um total de 28% do convertido em todo o Brasil.

Em todos os biomas, as áreas urbanizadas situadas às margens dos rios pelo menos duplicaram, houve um aumento superior a 56 mil hectares de áreas urbanizadas em faixas marginais.

A Mata Atlântica, que concentra mais da metade das áreas urbanizadas (53%), também é líder no ranking da ocupação urbana de faixas marginais (30 m) de corpos hídricos por bioma. Em 2021, o bioma correspondeu a 67% de toda a ocupação urbana que pressiona as margens dos corpos hídricos. Além disso, 280 mil hectares da Mata Atlântica são de áreas urbanizadas de baixa densidade.

Os dados de desmatamento, aumento de áreas urbanizadas nas áreas de faixas marginais de proteção (Áreas de Preservação Permanente) guardam total relação com a necessidade do fortalecimento da gestão descentralizada e participativa das águas e do saneamento no Brasil, já que estes fatores prejudicam a qualidade e a quantidade das águas para obtenção de uma política de inclusão social e de direitos humanos à água potável e ao saneamento.

AÇÕES E RESULTADOS DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Em relação ao Saneamento, os Comitês das Bacias do Rio São Francisco, Rio Doce, Comitês de Bacias do Estado do Rio de Janeiro, têm investido fortemente para elaboração de Planos Municipais de Saneamento.

Segundo dados do Comitê da Bacia Hidrográfica - CBH São Francisco, o esgotamento sanitário para áreas urbanas recebeu R\$ 70 milhões e a instalação de painéis fotovoltaicos para instalações desses serviços de saneamento recebeu mais R\$ 20 milhões.

O CBH do Rio São Francisco ultrapassou a marca de 100 Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) concluídos e entregues.

Os PMSBs, fundamentais para a saúde ambiental dos municípios brasileiros e da bacia do rio São Francisco, se tornaram o foco de uma das ações mais importantes do CBHSF. Executados nas quatro regiões fisiográficas, ao todo já foram concluídos 26 planos no Alto São Francisco, 31 no Médio, 19 no Submédio (5 seguem em fase de conclusão) e outros 27 foram concluídos no Baixo São Francisco.

O CBH Rio Doce investiu para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) mais de R\$ 22 milhões ao todo, com ações voltadas para o baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elevada taxa de doenças de veiculação hídrica, baixa cobertura de abastecimento de água, baixo índice de coleta urbana de esgoto e resíduos sólidos, incidência de enchentes ou alagamentos na área urbana.

O Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP), no Plano de Aplicação Plurianual - PAP do período de 2017 a 2020, destinou a quantia de R\$ 40 milhões para investimento em ações de saneamento, 29% do total arrecadado em 14 anos de gestão dos recursos financeiros da cobrança pelo uso da água (2003 a 2017).

Outro exemplo, vindo do Estado do Rio de Janeiro, é o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Guandu que em 2021 investiu R\$60 milhões em saneamento, tendo investido em projetos básicos e executivos que atenderam quinze municípios da bacia e cerca de 19,5 mil domicílios. Trata-se de uma população aproximada de 73 mil pessoas que geram cerca de doze milhões de litros de esgoto por dia. Foram projetadas 77 estações de tratamento de esgoto e quase 15 mil soluções individuais.

Outro que está investindo em saneamento é o Comitê de Bacia da Baía da Guanabara (CBH BG). Em 2021 fez um planejamento para utilizar no mínimo R\$11 milhões e já desembolsou R\$487 mil para ações em saneamento.

Um dos investimentos foi em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da Fundação Rio Águas, onde o CBH BG destinou recursos da ordem de R\$ 500 mil para contratação da atualização do Plano de Saneamento Básico do Município do Rio de Janeiro.

O CBH BG está investindo também em alternativas ecológicas de esgotamento Sanitário para o Canal das Taxas no Rio de Janeiro; saneamento ambiental da Comunidade do Cabrito, em Niterói, e em estudo sobre funcionamento do Sistema de Comportas da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.

Além disso, os Comitês de Bacias têm investido em ações de restauração das bacias, programas de educação ambiental, pagamento por serviços ambientais e em estudos para identificar áreas que não podem ser ocupadas por programas populares de habitação, pelo fato de serem áreas naturais de inundação dos rios.

Se o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que ainda têm lacunas de governança, já vêm obtendo resultados como os demonstrados acima, este poderia alcançar ainda mais resultados com os governos federal e estaduais efetivamente investindo e fortalecendo a gestão descentralizada e participativa das águas, ampliando ainda mais o aporte de recursos humanos e financeiros, investindo na governança do sistema.

Sendo assim, nós abaixo assinados, defendemos as seguintes necessidades para a manutenção, fortalecimento e a visão integrada para a governança e gestão dos recursos hídricos no Brasil:

Democracia:

1 - *É vital a continuidade e a ampliação da base da gestão das águas no Brasil* para o aperfeiçoamento do processo de democratização da gestão das águas. É a partir da gestão descentralizada e participativa que se abrem oportunidades para ampliar o diálogo e a democracia na gestão dos recursos hídricos. É fundamental investir na governança do SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e neste caso, trata-se de cuidar muito bem do processo participativo. É necessário ter método para que o processo possa ser efetivamente participativo.

Demanda Legal e Institucional:

2 - *O retorno do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos para o Ministério do Meio Ambiente (MMA)*. Para fortalecimento da gestão integrada e diante da emergência climática e dos objetivos do Brasil no Acordo de Paris, é determinante que os recursos hídricos voltem a fazer parte das atribuições do meio ambiente. Os dados sobre desmatamento e mudanças nos usos do solo, fortalecem a necessidade da integração da gestão das águas com a gestão ambiental, uma das Diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

3 - *Revisar a composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos* para que tenha paridade entre representação do poder público e da sociedade civil, que compreende o setor usuário privado e as organizações da sociedade civil.

4 - *Garantir o fortalecimento e aprimoramento da Lei das Águas e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)*, aplicando mais recursos financeiros na gestão e na proteção dos rios, garantindo programas participativos de revitalização das bacias hidrográficas.

5 - *Retirar do Congresso Nacional o Projeto de Lei No. 4546/21, proposto pelo Governo Federal em 2021, durante a pandemia do Covid-19, e devolvê-lo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que possa ser realizada discussão ampla com os órgãos gestores, comunidade científica, sociedade e atores integrantes do SINGREH.*

Demanda para atender a emergência climática, segurança hídrica e as comunidades vulnerabilizadas:

6 - *Construir de forma participativa metas claras e factíveis de universalização do saneamento e do acesso à água potável na busca de não deixar ninguém para trás.* Ter claro que em 4 anos é muito difícil fazer com que 35 milhões de brasileiros tenham acesso à água potável e 100 milhões tenham acesso ao esgotamento sanitário, mas a construção de metas com indicadores, monitoramento e transparência é vital para o Brasil.

7- Construir uma Concertação Nacional pela Água. De forma adequada, o novo governo fala na discussão com os governadores e prefeitos sobre a política de infraestrutura para criação de novos empregos e geração de renda. Sabemos que é vital recuperar a economia, no entanto, para isso, conforme demonstram os dados de seca e cheia que afetam o Brasil, é fundamental adotar soluções baseadas na natureza e integrar ações de infraestrutura verde e cinza, fortalecer uma visão para garantir água para o desenvolvimento econômico. Convocar todos os atores da gestão das águas (CBHs, Conselhos, Órgãos Gestores), Governadores, Prefeitos e representantes das organizações populares para a construção de uma Concertação Nacional pela Água com foco na segurança hídrica, tanto do ponto de vista das enchentes, quanto das secas em face da emergência climática.

8 - Fazer com que os planos de bacias sejam pactos das águas para o fortalecimento e construção dos instrumentos da gestão de recursos hídricos garantindo o processo decisório nos Comitês de Bacias Hidrográficas, em especial da cobrança pelo uso da água e na aplicação de recursos para implementação de ações nas bacias hidrográficas, sempre em parceria com as instâncias do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Demandas para Proteção e Recuperação dos Rios

9 - Adotar políticas públicas e medidas para proteger os rios, elementos vitais para a manutenção da vida e da diversidade no ambiente, combater o desmatamento e promover a restauração de 15 milhões de hectares de florestas (NDC brasileira), com foco prioritário nas áreas de preservação permanente hídrica;

10 - Apoiar a retomada de um amplo projeto de revitalização das bacias hidrográficas via os comitês de bacias hidrográficas com participação social e monitoramento.

Demandas Educação e Pesquisa

11 - Promoção de ações para uma educação ambiental cidadã, principalmente entre jovens e adolescentes, em que direitos e deveres da Constituição, bem como as leis pertinentes a área socioambiental seja compreendida e apreendida pela sociedade, para fomento à cultura da gestão participativa das águas, não somente com foco na formação de futuros membros dos CBHs, mas também para fortalecer o controle social das políticas públicas em geral;

12 - Investir na aplicação de recursos financeiros para as universidades públicas e no ProfÁgua, em especial, aquelas voltadas para a pesquisa e ensino de ambientes aquáticos e gestão de recursos hídricos;

Demandas para o fortalecimento do monitoramento

13 - Construção de forma participativa do monitoramento da governança, avaliando a questão de gênero, racial, representação/representatividade e dos resultados da gestão das águas e do saneamento no Brasil. É fundamental criar indicadores para monitorar o processo, tanto quanto criar indicadores de impacto e de resultado.

Considerações finais:

Estes são pontos fundamentais para serem implementados pelo novo governo federal, com diálogo e participação social. Nesse sentido apresentamos estes pontos como contribuição inicial e estamos à disposição para um processo contínuo de recondução da democracia socioambiental do Brasil.

O mais importante é que o novo governo federal reconheça a importância do tema da água e do saneamento e que, de fato, insira na prática o tema como vital para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

A base do nosso aparato legal para enfrentar os desafios da Segurança Hídrica, a Emergência Climática e a Vulnerabilidade Social são muito boas, mas é necessário resolver algumas lacunas e, em especial, garantir a continuidade, a implementação e o aperfeiçoamento do SINGREH.

A Governança é a base para integrar segurança hídrica, emergência climática e vulnerabilidade social e sem ela os desafios serão ainda maiores para o Brasil enfrentar os impactos oriundos destas áreas em questão.

Na expectativa de ter nossas recomendações discutidas e contempladas, nos colocamos a disposição para o diálogo e para colaborar com a recondução da democracia e das políticas públicas no país.

Saudações Cordiais, 19 de novembro de 2022.

OBSERVATÓRIO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS (OGA Brasil)

Assinam em apoio à Carta:

ASSINATURAS INSTITUCIONAIS

ORGANIZAÇÃO	CIDADE	ESTADO
1. Associação comunitária do Bonfim (Asbon)	Três Marias	Minas Gerais
2. Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil	Ribeirão Preto	São Paulo
3. Associação de Ação Social e Preservação da Água, Fauna e Flora	Jacobina	Bahia
4. Associação do Ponto de Ação Cultural do Rio de Janeiro	Barra Mansa	Rio de Janeiro
5. Associação Jaguamimbaba	Cruzeiro	São Paulo
6. Associação Multiétnica Wyka Kwara	Ananindeua	Pará
7. Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá)	Uberlândia	Minas Gerais
8. Associação Pro Azul	Cândido Mota	São Paulo
9. Associação Pró Pouso Alegre - APPA	Formiga	Minas Gerais
10. Associação Quilombola Agropastoril Cultural de Araçá Volta	Bom Jesus da Lapa	Bahia
11. Associação Sustentabilidade Popular	Marília	São Paulo
12. Centro de Referência de Organização Comunitária da Chapada dos Veadeiros (CROC)	Cavalcante	Goiás
13. Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT)	Brasília	Distrito Federal
14. Coalizão pelos Rios	Brasília	Distrito Federal
15. Coletivo educação e Periferias	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
16. COM SENSO Capacitação Estudos e Gestão Ltda.	Fortaleza	Ceará
17. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe (CBH Capibaribe)	João Alfredo	Pernambuco
18. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre (CBHSA)	Juazeiro Bahia	Bahia
19. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBHPS)	São José dos Campos	São Paulo
20. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)	Penedo	Alagoas

21. Comitê da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida DF/RIDE/GO	Brasília	Distrito Federal
22. Comunidade Quilombola de Curral Novo	Juazeiro	Bahia
23. Coordenação Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (CFNCBH)	Brasil	Brasil
24. Curso D'Água ME	Maricá	Rio de Janeiro
25. Elo Animal Nacional da REDE Sustentabilidade	Brasil	Distrito Federal
26. Espaço de Formação Assessoria e Documentação	São Paulo	São Paulo
27. Frente Ampla Democrática Socioambiental (FADS)	Brasil	São Paulo
28. Fundação SOS Mata Atlântica	São Paulo	SP
29. Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONASC.CBH)	Distrito Federal	Distrito Federal
30. GECA-UFMT	Cuiabá	Mato Grosso
31. Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (GEEMA)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
32. Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET)	Santa Maria	Rio Grande do Sul
33. Grupo de Estudos Ambientais da Serra do Mar (GESMAR)	Santo André	São Paulo
34. Grupo de Interesse Ambiental - GIA	Fortaleza	Ceará
35. Instituto Abdalaziz de Moura	Gravatá	Pernambuco
36. Instituto Calliandra de Educação Integral e Ambiental	Brasília	Distrito Federal
37. Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental - GAIA	Cáceres	Mato Grosso
38. Instituto IbiAuá- Gente da Terra	Felixlândia	Minas Gerais
39. Instituto MARAMAR para Gestão Responsável dos Ambientes Costeiros e Marinhos	Santos	São Paulo
40. Instituto Rios Brasil	Manaus	Amazonas
41. International Rivers	Brasília	Distrito Federal
42. IPESA - Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais	Ubatuba	São Paulo

43. IPG - Instituto Philippe Guédon de Gestão Participativa	Petrópolis	Rio de Janeiro
44. Maria Cecília Guerrazzi	Jequié	Bahia
45. MOVIDADE - Movimento Democrático AfroDescendente pela Igualdade e Equidade Racial	Maricá	Rio de Janeiro
46. Movimento Baía Viva	Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro
47. Movimento em defesa da Vida-MDV ABC	Rio Grande da Serra	São Paulo
48. Mupan - Mulheres em Ação no Pantanal	Campo Grande	Mato Grosso do Sul
49. Museu do Cerrado	Brasília	Distrito Federal
50. Nosso Vale Nossa Vida	Maricá	Rio de Janeiro
51. Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e outros Frutos do Cerrado	Belo Horizonte	Minas Gerais
52. OCA - Organização Cooperativa de Agroecologia	Viçosa	Minas Gerais
53. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Mobilidade e Ambiente Brasil - OMA-BRASIL	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
54. Organização de Desenvolvimento Sustentável - ODS	Patos de Minas	Minas Gerais
55. Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS)	São Paulo	São Paulo
56. Rede Brasileira de Conselhos (RBdC)	São Paulo	São Paulo
57. Rede de Educadores Ambientais da Baixada de Jacarepaguá	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
58. Sindicato Rural de São José dos Campos	São José dos Campos	São Paulo
59. Tupy comunicações/Jornal O Saquá	Saquarema	Rio de Janeiro
60. União das Associações do Vale do Salitre - UAVS	Juazeiro	Bahia
61. Universidade do Estado do Amazonas - UEA	Parintins	Amazonas
62. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
63. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Campo Mourão	Paraná

ASSINATURAS INDIVIDUAIS

NOME	CIDADE	ESTADO
64. Adriana Bocaiuva	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
65. Aída Andrezza	São Paulo	São Paulo
66. Albina Cusmanich Ayala	Volta Redonda	Rio de Janeiro
67. Alexandre Luís Nobre Terreri	São Paulo	São Paulo
68. Almacks Luiz Silva	Jacobina	Bahia
69. Ana Carolina Fávero de Oliveira	São Paulo	São Paulo
70. Ana Maria Roland Rodrigues Lima	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
71. Ana Montenegro	Petrópolis	Rio de Janeiro
72. Anastácia Trotskyne	Belém pra	Pará
73. André Monteiro Costa	Recife	Pernambuco
74. Angela	Barra Mansa	Rio de Janeiro
75. Antenilson Franklyn Rodrigues Lima	São Paulo	São Paulo
76. Antônia Emiliana de Freitas	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
77. Antônia Telma Pacheco de Oliveira/ Telma Tremembé	Aquiraz	Ceará
78. Antônio Henrique	Lucas do Rio Verde	Mato Grosso
79. Antônio Luiz Carvalho	Marília	São Paulo
80. Arismario José Araújo	Juazeiro	Bahia
81. Bráulio Furtado Alvares	Viçosa	Minas Gerais
82. Celia morgado	Brasília	Distrito Federal
83. Christina Louise Noren	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
84. Cinara Cristina da Costa Braga	Juazeiro	Bahia
85. Cíntia Alves Delleprane	Barra Mansa	Rio de Janeiro
86. Claudia Coelho Santos	Jequié	Bahia

87. Claudio Antonio Di Mauro	Rio Claro	São Paulo
88. Cristiano Neves	Petrópolis	Rio de Janeiro
89. Daniela Maimoni de Figueiredo	Chapada dos Guimarães	Mato Grosso
90. Daniely da Cunha Oliveira Sant'Anna	Porto Velho	Rondônia
91. Dulce Tupy	Saquarema	Rio de Janeiro
92. Edilson de Paula Andrade	Tremembé	São Paulo
93. Ednaldo de Castro Campos	Lapão	Bahia
94. Eldis	Itu	São Paulo
95. Eliana Soares	Petrópolis	Rio de Janeiro
96. Elio de Castro Paulino.	Vitória	Espírito Santo
97. Enildo Luiz Gouveia	Recife	Pernambuco
98. Érica Daiane da Costa Silva	Juazeiro	Bahia
99. Ester C P Rizzuto	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
100. Fernanda Carreiro Alves	Barra Mansa	Rio de Janeiro
101. Fernanda Matos	Belo Horizonte	Minas Gerais
102. Francisco Celso Ponte Filho	Petrópolis	Rio de Janeiro
103. Gaetan Serge Jean Dubois	Brasília	Distrito Federal
104. Gerônimo Rocha	Fortaleza	Ceará
105. Gustavo Bernardino Malacco da Silva	Uberlândia	Minas Gerais
106. Hélia S. B. Pereira	São Paulo	São Paulo
107. Irma Benedita da Mota Almada	São José dos Campos	São Paulo
108. Jacqueline Guerreiro Aguiar	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
109. Jânio Oliveira Coutinho	Brasília	Distrito Federal
110. Jaque joy favelas	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
111. Jaqueline Almeida neves	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

112.	João Alfredo Telles Melo, Presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB/CE	Fortaleza	Ceará
113.	José Domingos do Cabo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
114.	José Ivan Mayer de Aquino	Brasília	Distrito Federal
115.	José Lucinaldo Vieira de Freitas	Angelim	Pernambuco
116.	José Luiz	Petrópolis	Rio de Janeiro
117.	José Nivardo de Almeida	Mombaça	Ceará
118.	José Oeiras	Belém	Pará
119.	José Roberto de Souza	Barra Mansa	Rio de Janeiro
120.	Katia Pisciotta	São Paulo	São Paulo
121.	Kwarahy Tenetehar Xypew	Belém	Pará
122.	Lenildo Dias de Moraes	Patos	Paraíba
123.	Lívia Regina de Almeida Carvalho Neves	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
124.	Lucas de Souza Anacleto	Juiz de Fora	Minas Gerais
125.	Lucas Pacheco Charles	Nova Friburgo	Rio de Janeiro
126.	Luciana Gomes de Viveiros	Petrópolis	Rio de Janeiro
127.	Luiz Carlos Fonseca Lopes	Quissamã	Rio de Janeiro
128.	Luiz Fernando Schuler	Campo Bom	Rio Grande do Sul
129.	Márcia Socorro dos Santos	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
130.	Maria Cecília Guerrazzi	Jequié	Bahia
131.	Maria Clara Fava	Rio Paranaíba	Minas Gerais
132.	Maria do Carmo de Freitas	Queimados. Baixada Fluminense.	Rio de Janeiro
133.	Maria Ines Pandeló Cerqueira	Barra Mansa	Rio de Janeiro
134.	Marilene Corrêa da Silva Freitas	Manaus	Amazonas

135.	Marina Costa Bernardes	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
136.	Maristela Denise Moresco Mezzomo	Campo Mourão	Paraná
137.	Mauri Cesar Barbosa Pereira	Pinhais	Paraná
138.	Mauro Nabti Schiffler	Petrópolis	Rio de Janeiro
139.	Mayara Soares Cardoso	Presidente Prudente	São Paulo
140.	Mineia Clara Dos Santos	Juazeiro	Bahia
141.	Monique Abdalla	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
142.	Nádia de Oliveira Rocha	Inhapim	Minas Gerais
143.	Naiara Theta Dolabella Sampaio	Brasília	Distrito Federal
144.	Naya de Arruda Torrezan	Campo Grande	Mato Grosso do Sul
145.	Orlando Ramos moreira	Niterói	Rio de Janeiro
146.	Pâmela Cristine Bolson	Santa Maria	Rio Grande do Sul
147.	Paola Rodrigues Samora	Vargem Grande Paulista	São Paulo
148.	Patrícia de Jesus Quintas	Petrópolis	Rio de Janeiro
149.	Paulo José de Oliveira	Formiga	Minas Gerais
150.	Paulo Santos	Brasília	Distrito Federal
151.	Pedro Roberto Jacobi	São Paulo	São Paulo
152.	Priscila Marcon	São Carlos	São Paulo
153.	Priscila Soares da Cunha	Petrópolis	Rio de Janeiro
154.	Rafaela da Silva Ferreira	Petrópolis	Rio de Janeiro
155.	Roberta Carina Rodrigues	Brasília	Distrito Federal
156.	Rodrigo Ferreira Chaves Santos	Curitiba	Paraná
157.	Rosa Maria Mancini	Ubatuba	São Paulo
158.	Rosana Garjulli Sales Costa	Fortaleza	Ceará

159.	Rosângela Azevedo Corrêa	Brasília	Distrito Federal
160.	Rose Alexandra Lichtenberg	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
161.	Rosilva Brito Rodrigues	Andradina	São Paulo
162.	Rute Casoy	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
163.	Sérgio Cardoso (Geólogo)	Gravataí	Rio Grande do Sul
164.	Solange Batista Damasceno	Manaus	Amazonas
165.	Tainá Labrea Ferreira Rodrigues	Brasília	Distrito Federal
166.	Tainá Moraes Buzzatti	Petrópolis	Rio de Janeiro
167.	Tayane Cardozo	Queimados	Rio de Janeiro
168.	Vânia Oliveira Santos	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
169.	Vera Antoun	Petrópolis	Rio de Janeiro
170.	Vera Lucia Guarda	Ouro Preto	Minas Gerais
171.	Vera Margarida Lessa Catalão	Brasília	Distrito Federal
172.	Wagner Barbosa serafim	Juazeiro	Bahia
173.	Walter Frantz	Ijuí	Rio Grande do Sul
174.	Wladimir Marques Domingues	Maringá	Paraná

Brasil, 22 de novembro de 2022.